



<p style="text-align: center;">ACORDO DE COOPERAÇÃO ENTRE O INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA, BRASIL E UNIVERSIDAD NACIONAL DE CÓRDOBA (ARGENTINA)</p> <p>O INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA, pessoa jurídica de direito público, autarquia federal de regime especial, constituída pela Lei Federal nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, Brasil, representada por sua Reitora, Professora Dra. Nilra Jane Filgueira Bezerra nos termos do Decreto de 16 de dezembro de 2020, publicado no Diário Oficial da União de 17 de dezembro de 2020, Seção 2, doravante designada IFRR e a Universidad Nacional de Córdoba (UNC), estabelecimento de ensino e pesquisa universitária de caráter público, pessoa jurídica própria, que permite firmar acordos de cooperação com estabelecimentos estrangeiros, com sede em Av. Raúl Haya de la Torre s/n, 2º. Piso, Pabellón Argentina, Rectorado, Ciudad Universitaria, 5000 Córdoba, República Argentina, representada por seu Reitor, Prof. Magistrado Jhon Boretto, nomeado por meio de votação direta de acordo com a Ata nº ACJE-2022-15-E-UNC-JEUN#REC, de 7 de junho de 2022 e representante dessa instituição em virtude dos poderes previstos no Estatuto da UNC, doravante designada UNC.</p> <p>CONSIDERANDO O desejo de expandirem suas relações acadêmicas e estimular a troca de conhecimento; As vantagens do desenvolvimento de atividades de interesse recíproco em regime de mútua cooperação;</p> <p>RESOLVEM Celebrar ACORDO DE COOPERAÇÃO, segundo as cláusulas seguintes:</p> <p>Cláusula Primeira – Das atividades conjuntas</p>	<p style="text-align: center;">ACUERDO DE COOPERACIÓN ENTRE EL INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA BRASIL Y UNIVERSIDAD NACIONAL DE CÓRDOBA (ARGENTINA)</p> <p>El INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA, con personalidad jurídica de derecho público, autarquía federal de régimen especial, constituida por la Ley nº 11.892 de 29 de desembero de 2008, Brasil, representada por su Rectora, Professora Dra. Nilra Jane Filgueira Bezerra en cumplimiento de la Ordenanza de 16 de dezembro de 2020, Sección 2, publicado en el Boletín Oficial de 17 de dezembro de 2020, Sección 2 en adelante designada IFRR y la Universidad Nacional de Córdoba (UNC), establecimiento de enseñanza e investigación universitaria de carácter público, con personalidad jurídica propia, que le permite firmar acuerdos de cooperación con establecimientos extranjeros., con sede en Av. Raúl Haya de la Torre s/n, 2º. Piso, Pabellón Argentina, Rectorado, Ciudad Universitaria, 5000 Córdoba, República Argentina., representada por su Rector, Prof. Mgter. Jhon Boretto, según nombramiento por votación directa de acuerdo a Acta Nº ACJE-2022-15-E-UNC-JEUN#REC, con fecha 07/06/2022 y en tanto representante de esta institución en virtud de las competencias que prevé el Estatuto de la UNC, en adelante designada UNC.</p> <p>CONSIDERANDO El deseo de expandir sus relaciones académicas y estimular el intercambio de conocimiento; Las ventajas del desarrollo de actividades de interés recíproco en régimen de mutua cooperación;</p> <p>RESUELVEN Celebrar el presente CONVENIO DE COOPERACIÓN, al cual sujetan las siguientes cláusulas:</p>
---	--



<p>1.1 Os partícipes comprometem-se em prover os meios necessários para a realização conjunta das seguintes atividades, em todas as áreas do conhecimento em comum:</p> <ul style="list-style-type: none">a. mobilidade acadêmica de estudantes de graduação, professores, pesquisadores e pessoal administrativo;b. projetos e atividades de pesquisa, ensino, extensão e gestão universitária;c. colaboração e participação em seminários, palestras, simpósios e encontros acadêmicos;d. programas acadêmicos especiais de curta duração;e. programas de ensino de graduação e pós-graduação, incluindo doutoramento;f. dupla-diplomação;g. cotutela. <p>1.2 O desenvolvimento de uma ou mais atividades descritas nesta cláusula depende de prévia aprovação pelos partícipes do objeto a ser executado; das etapas ou fases de execução; do plano de aplicação dos recursos financeiros e do cronograma de desembolso, se houver; dos papéis e responsabilidades de cada um dos partícipes; e de previsão de início e fim da execução do objeto e das etapas ou fases programadas.</p> <p>1.3 Independem de qualquer outra solenidade as atividades a que se referem as subcláusulas 1.1a, 1.1c, 1.1d e 1.1e que se deem por intermédio de programas aos quais ambos os partícipes tenham adesão.</p> <p>1.4 As atividades a que se referem as subcláusulas 1.1b, 1.1f e 1.1g dependem de acordo específico escrito firmado pelos representantes de ambos os partícipes descrevendo os termos e as condições. Uma vez vigentes esses acordos específicos, eles passam a ser considerados complementares em relação a este Acordo e serão regidos pelos termos e condições que estabelecerem.</p> <p>Cláusula Segunda – Da coordenação e da administração deste acordo</p> <p>2.1 Cada um dos partícipes designará um</p>	<p>Cláusula primera – De las actividades conjuntas</p> <p>1.1 Los partícipes asumen el compromiso de proveer los medios necesarios para la realización conjunta de las siguientes actividades, en todas las áreas de conocimiento en común:</p> <ul style="list-style-type: none">a. movilidad académica de estudiantes de grado, profesores, investigadores y personal administrativo.b. proyectos y actividades de investigación, enseñanza, extensión y gestión universitaria;c. colaboración y participación en seminarios, conferencias, simposios y encuentros académicos;d. programas académicos especiales de corta duración;e. programas de enseñanza de grado y posgrado, incluyendo el doctoramiento;f. Doble titulación;g. cotutela; <p>1.2 El desarrollo de una o más actividades descritas en esta cláusula depende de la aprobación previa por parte de los participantes del objeto a realizar; las etapas o fases de ejecución; el plan de aplicación de los recursos financieros y el calendario de desembolsos, si los hubiere; los roles y responsabilidades de cada uno de los participantes; y pronosticar el inicio y fin de la ejecución del objeto y las etapas o fases programadas.</p> <p>1.3 Las actividades a que hacen referencia las subcláusulas 1.1 inc. a, c, d y e, que se lleven a cabo mediante programas a los que se adhieran ambas partes, son independientes de cualquier otra solemnidad.</p> <p>1.4 Las actividades a que se refieren las subcláusulas 1.1 inc. b, f y g dependen del acuerdo específico escrito, firmado por ambos representantes, describiendo los términos y las condiciones. Una vez vigentes esos convenios específicos pasan a ser considerados complementarios en relación con este Acuerdo y serán regidos por los términos y condiciones que se establezcan.</p> <p>Cláusula Segunda – De la coordinación y</p>
--	---



<p>coordenador local com atribuição de organizar as atividades relacionadas a este Acordo, avaliar o cumprimento do programa de trabalho e, quando for o caso, buscar o financiamento adequado às atividades.</p> <p>2.2 Compete à Assessoria de Relações Internacionais (ARINTER), pelo IFRR e à Prosecretaria de Relações Internacionais, pela UNC:</p> <p>I. receber, analisar, transmitir e acompanhar do cumprimento dos pedidos relativos a este Acordo junto ao outro partícipe; e</p> <p>II. garantir ao outro partícipe, por meio da chancela, os poderes de representação dos signatários dos documentos oficiais em conformidade com os regulamentos internos da instituição.</p> <p>2.3. Serão presumidos legítimos os atos transmitidos à outra parte por meio dos órgãos indicados na subcláusula anterior.</p> <p>2.4. É facultado aos partícipes:</p> <p>I. delegar os poderes de representação aos seus órgãos administrativos na execução deste Acordo;</p> <p>II. acordar o desenvolvimento das atividades previstas na Cláusula Primeira, com exceção das subcláusulas 1.1b, 1.1f e 1.1g, por meio de troca de correspondências entre as áreas acadêmicas de cada um dos partícipes diretamente interessadas.</p> <p>2.5 A designação e substituição do coordenador local, do órgão ou pessoa referida na subcláusula 2.2 e do delegatário, conforme subcláusula 2.4, terão efeito na data em que a outra parte receber a notificação por escrito.</p> <p>Cláusula Terceira – Dos Direitos de Propriedade Intelectual</p> <p>3.1. Os partícipes concordam em respeitar os direitos de propriedade intelectual do outro. Quando qualquer atividade realizada sob este Acordo requerer acesso, compartilhamento ou transferência de tecnologia de um</p>	<p>administración de este Acuerdo</p> <p>2.1 Cada uno de los signatarios designará un coordinador local con el objetivo de organizar las actividades relacionadas con este Convenio, evaluar el cumplimiento del programa de trabajo y, cuando sea el caso, buscar el financiamiento adecuado a las actividades.</p> <p>2.2 Le compete a la Asesoría de Relaciones Internacionales, por la IFRR, y a la Prosecretaría de Relaciones Internacionales, por la UNC:</p> <p>I. recibir, analizar, transmitir y acompañar el cumplimiento de los pedidos relativos a este Convenio junto al otro partícipe; y,</p> <p>II. garantizar a la otra parte, por medio de sello, los poderes de representación de los signatarios de los documentos oficiales de conformidad con los reglamentos internos de la institución.</p> <p>2.3 Serán presumidos legítimos los actos transmitidos al otro signatario por intermedio de los órganos indicados en la subcláusula anterior.</p> <p>2.4 Se les faculta a las partes:</p> <p>I. delegar poderes de representación a sus órganos administrativos en la ejecución de este Convenio;</p> <p>II. acordar el desarrollo de las actividades previstas en la Cláusula Primera, a excepción de las subcláusulas 1.1 inc. b, f y g, por intermedio de intercambio de correspondencias entre las áreas académicas de cada uno de los partícipes directamente interesados.</p> <p>2.5 La designación y la sustitución del coordinador local, del órgano, o persona referida en la subcláusula 2.2 y del delegatario, según la subcláusula 2.4, tendrán efecto en la fecha en que la otra parte sea informada por escrito.</p> <p>Cláusula Tercera – De los Derechos de la Propiedad Intelectual</p> <p>3.1 Los partícipes concuerdan en respetar los derechos de propiedad intelectual del otro. Cuando cualquier actividad realizada bajo</p>
---	--



<p>participe a outro, eles entrarão em acordo escrito sobre as condições desse acesso, compartilhamento ou transferência.</p>	<p>este Convenio requiera acceso, coparticipación o transferencia de tecnología de un partície al otro, acordarán por escrito las disposiciones aplicables y las condiciones de ese acceso, coparticipación o transferencia.</p>
<p>3.2. Os partícipes acordarão por escrito em separado sobre os direitos de propriedade intelectual que sejam resultado de cooperação em pesquisa ou outra atividade sob este Acordo.</p>	<p>3.2 Los partícipes se pondrán de acuerdo por escrito, separadamente, sobre los derechos de propiedad intelectual que sean resultado de cooperación en investigación u otra actividad en el marco de este Convenio.</p>
<p>3.3 O partície comunicará o outro da ocorrência de resultados protegíveis por propriedade intelectual em prazo adequado.</p>	<p>3.3 El partície comunicará al otro acerca de la ocurrencia de resultados protegibles por propiedad intelectual en el plazo adecuado.</p>
<p>3.4. Os partícipes observarão as condições de sigilo estabelecidas em suas legislações nacionais, assim como nos acordos internacionais.</p>	<p>3.4 Los partícipes observarán las condiciones de cuidado y protección establecidas en sus legislaciones nacionales, así como en los acuerdos internacionales.</p>
<p>Cláusula Quarta – Dos recursos</p>	<p>Cláusula Cuarta – De los recursos</p>
<p>4.1. Os partícipes prestarão o apoio administrativo necessários para que as atividades desenvolvidas sob este Acordo atendam às expectativas de ambos.</p>	<p>4.1 Los partícipes prestarán el apoyo administrativo necesario para que las actividades desarrolladas bajo este Convenio respondan a las expectativas.</p>
<p>4.2. Ressalvada a possibilidade de acordo específico, este Acordo não obriga a nenhum tipo de contrapartida financeira entre os partícipes ou ao financiamento das atividades de cooperação. Os partícipes buscarão auxílio financeiro através de órgãos de fomento ou outras fontes finanziadoras, se necessário.</p>	<p>4.2 Exceptuándose la posibilidad de acuerdo específico, este Convenio no obliga a ningún tipo de contrapartida financiera entre los partícipes o al financiamiento de las actividades de cooperación. Los partícipes buscarán auxilio financiero por intermedio de órganos de fomento u otras fuentes de financiamiento, si fuese necesario.</p>
<p>Cláusula Quinta – Da responsabilidade financeira</p>	<p>Cláusula Quinta – De la responsabilidad financiera</p>
<p>5.1 Todas as responsabilidades relacionadas à mobilidade acadêmica, como obtenção de visto, passaporte, passagens, estadia, transporte, alimentação e moradia, serão de responsabilidade dos estudantes, professores, pesquisadores ou pessoal técnico-administrativo independentemente de receberem, ou não, bolsa ou apoio financeiro.</p>	<p>5.1 Todas las responsabilidades relacionadas con la movilidad académica, como obtención de la visa, pasaporte, billetes, estancia, transporte, alimentación y vivienda, serán de responsabilidad de los estudiantes, profesores, investigadores, personal técnico y administrativo independientemente de haber recibido, o no, beca o apoyo financiero.</p>
<p>5.2. Os recursos para financiar a permanência dos professores, pesquisadores e pessoal técnico-administrativo poderão advir de órgãos de fomento do país de origem ou do país anfitrião.</p>	<p>5.2 Los recursos para financiar la estancia de docentes, investigadores y personal técnico y administrativo podrán provenir de órganos de fomento en el país de origen o del país</p>
<p>5.3. Os estudantes, professores,</p>	



<p>pesquisadores e pessoal técnico-administrativo em atividades de mobilidade acadêmica não pagarão taxas no partípice que seja a Instituição Anfitriã, exceção feita a atividades de extensão, cursos extracurriculares ou outras atividades não regulares.</p>	<p>anfitrión.</p>
<p>5.4 É facultado à instituição de origem cobrar as suas taxas durante o período da mobilidade acadêmica, caso houver, de acordo com suas políticas e regulamentações.</p>	<p>5.3 Los estudiantes, docentes, investigadores y personal técnico y administrativo en actividades de movilidad académica no abonarán tasas en la Institución Anfitriona, excepto si esas actividades son de extensión, cursos extracurriculares u otras actividades no regulares.</p>
<p>Cláusula Sexta – Do seguro de saúde, acidentes e repatriação</p>	<p>5.4 Se le faculta a la institución de origen cobrar tasas durante el período de la movilidad académica, en caso de que las haya, de conformidad con sus políticas y reglamentos.</p>
<p>6.1 Os estudantes, professores, pesquisadores e pessoal técnico-administrativo aprovado pela Instituição Anfitriã contratarão o seguro de saúde, acidentes e repatriação que ela exigir, válido no país de destino e por todo o período da mobilidade.</p>	<p>Cláusula Sexta – Del seguro de salud, accidentes y repatriación</p> <p>6.1 Los estudiantes, docentes, investigadores y personal técnico y administrativo aprobados por la Institución Anfitriona deberán contratar el seguro de salud, accidentes y repatriación que la Institución Anfitriona requiera, que sea –asimismo- válido en el país de destino y durante todo el período de movilidad.</p>
<p>Cláusula Sétima – Da mobilidade acadêmica de estudantes</p>	<p>Cláusula Séptima – De la movilidad académica de estudiantes</p>
<p>7.1 Cada partípice selecionará por seus próprios critérios os estudantes para mobilidade acadêmica. A Instituição Anfitriã receberá as candidaturas dentro do prazo estabelecido e repassar-lhes-á aos seus respectivos órgãos administrativos e acadêmicos para análise e decisão sobre a aceitação.</p>	<p>7.1 Cada parte seleccionará, según los criterios propios, a los estudiantes para la movilidad académica. La Institución Anfitriona recibirá las candidaturas dentro del plazo determinado y las transmitirá a sus respectivos órganos administrativos y académicos para su análisis y decisión sobre la aceptación.</p>
<p>7.2 Cada partípice designará até 5 (cinco) estudantes por ano para realizar mobilidade acadêmica. Este número poderá variar, a cada ano, após análise e negociação entre as Instituições.</p>	<p>7.2 Cada partípice designará hasta 5 (cinco) estudiantes al año para realizar movilidad académica. Este número podrá variar, a cada año, tras el análisis y negociación entre las instituciones.</p>
<p>7.3 A cada estudante será permitido, no máximo, dois semestres de mobilidade acadêmica, consecutivos ou não.</p>	<p>7.3 A cada estudiante se le permitirá, como máximo, dos semestres, consecutivos o no, de movilidad académica.</p>
<p>7.4 A Instituição Anfitriã encaminhará carta de aceite aos estudantes que tiverem suas candidaturas aprovadas. Esta carta deverá ser enviada com antecedência suficiente para que o estudante obtenha o visto adequado ainda</p>	<p>7.4 La Institución Anfitriona enviará una carta de aceptación a los estudiantes que tengan sus candidaturas aprobadas. Esta carta</p>



<p>em seu país de origem. Nenhum estudante será matriculado na Instituição Anfitriã sem o visto adequado.</p>	<p>deberá ser enviada con suficiente antelación, a fin de que el estudiante obtenga la visa adecuada aun en su país de origen. Ningún estudiante será matriculado en la Institución Anfitriona sin la visa o permiso migratorio adecuado.</p>
<p>7.5 Os estudantes de mobilidade acadêmica poderão matricular-se em qualquer departamento da Instituição Anfitriã desde que reúnam os requisitos necessários e cumpram com as exigências estabelecidas.</p>	<p>7.5 Los estudiantes de movilidad académica podrán matricularse en cualquier facultad de la Institución Anfitriona, la condición es que reúnan los requisitos necesarios y cumplan las exigencias establecidas.</p>
<p>7.6. A Instituição Anfitriã proporcionará assessoramento acadêmico, prestará informações pertinentes ao período de intercâmbio e fornecerá certificado de aproveitamento acadêmico aos estudantes de mobilidade acadêmica ao término das disciplinas realizadas durante o período em que estiverem na Instituição Anfitriã.</p>	<p>7.6 La Institución Anfitriona ofrecerá asesoramiento académico, prestará las informaciones correspondientes al período de intercambio y emitirá certificado de rendimiento académico/calificación a los estudiantes de movilidad académica, cuando estos hayan terminado las asignaturas cursadas durante su período de permanencia en la Institución Anfitriona.</p>
<p>7.7. A Instituição Anfitriã auxiliará os estudantes de mobilidade acadêmica a encontrar moradia. Não lhe será obrigatório, no entanto, ceder vaga em residência universitária ou em qualquer outro tipo de moradia ou fornecer subsídio com a finalidade de moradia.</p>	<p>7.7 La Institución Anfitriona prestará auxilio a los estudiantes de movilidad académica en la búsqueda de vivienda. Sin embargo, no le constituye obligación a la Institución Anfitriona ceder plaza en residencia universitaria o en cualquier otro tipo de vivienda u otorgar subsidio con la finalidad de alojamiento.</p>
<p>7.8. Os estudantes de mobilidade acadêmica que pretendam realizar estágio através da Instituição Anfitriã deverão responsabilizar-se por arranjar antecipadamente o local de seu estágio, professor orientador e cumprir com os regulamentos, contratos, termos de compromisso ou termos de estágio, exigidos pela Instituição Anfitriã.</p>	<p>7.8 Los estudiantes de movilidad académica que deseen realizar la práctica por intermedio de la Institución Anfitriona deberán responsabilizarse de indicar anticipadamente el local en el que se dará su práctica, el profesor tutor y cumplir con los reglamentos, contratos, términos de responsabilidad o términos de práctica, exigidos por la Institución Anfitriona / de Acogida.</p>
<p>7.9. Os estudantes em mobilidade acadêmica têm os mesmos direitos e responsabilidades que a Instituição Anfitriã reserve aos seus próprios estudantes. A Instituição de Origem será imediatamente informada na eventualidade de um dos seus estudantes incorrer em incumprimento.</p>	<p>7.9 Los estudiantes en movilidad académica tienen los mismos derechos y responsabilidades que los estudiantes de la Institución Anfitriona. La Institución de Origen deberá ser inmediatamente informada de eventualidades por parte de cualquiera de sus estudiantes, en caso de que incurran en incumplimiento.</p>
<p>Cláusula Oitava – Das condições para a mobilidade acadêmica de professores, pesquisadores e pessoal técnico-</p>	



<p>administrativo</p> <p>8.1 A mobilidade acadêmica de professores, pesquisadores e pessoal técnico-administrativo dar-se-á por acordo dos partícipes. A seleção ocorrerá pela Instituição de Origem ou a convite da Instituição Anfitriã.</p>	<p>Cláusula Octava – De las condiciones para la movilidad académica de profesores, investigadores y personal técnico y administrativo</p>
<p>8.2. A Instituição Anfitriã fornecerá certificado aos professores, pesquisadores ou pessoal técnico-administrativo como comprovação das atividades realizadas durante o período de sua permanência.</p>	<p>8.1 La movilidad académica de profesores, investigadores y personal técnico y administrativo se hará por intermedio de acuerdo entre los partícipes. La selección será hecha o por la Institución de Origen o por invitación Anfitriona.</p>
<p>Cláusula Nona – Da responsabilidade civil</p> <p>9.1. Os partícipes não são responsáveis por danos causados ao outro partípice pelos estudantes, professores, pesquisadores ou pessoal técnico-administrativo que enviarem como Instituição de Origem.</p>	<p>8.2 La Institución Anfitriona emitirá certificado a los profesores, investigadores o personal técnico y administrativo como comprobación de las actividades realizadas durante el período de su estancia.</p>
<p>Cláusula Dez – Das Alterações, da vigência e da prorrogação</p>	<p>Cláusula Novena – De la responsabilidad civil</p> <p>9.1 Las partes no se hacen responsables por los daños causados al otro partípice, sea por los estudiantes, docentes, investigadores o por el personal técnico y administrativo que hayan sido enviados por la Institución de Origen.</p>
<p>10.1. É facultado aos partícipes a alteração deste Acordo no decorrer de sua vigência mediante acordo específico entre os partícipes conforme as mesmas solenidades de sua assinatura.</p>	<p>Cláusula Décima – De las Alteraciones, de la Vigencia y de la prórroga</p>
<p>10.2 Este Acordo terá vigência de cinco anos contados da data da última assinatura. Ele pode ser renovado automaticamente pelo mesmo período.</p>	<p>10.1 Se les faculta a las partes la modificación de este Convenio en el transcurso de su vigencia mediante acuerdo específico entre las partes, según las mismas solemnidades de su firma.</p>
<p>10.3 O prazo das metas e atividades estabelecidas nos planos de trabalho a que se refere a subcláusula 1.2 acompanharão a vigência deste Acordo.</p>	<p>10.2 Este Convenio tendrá vigencia de cinco años a partir de la fecha de su firma. Podrá renovarse automáticamente por el mismo período.</p>
<p>Cláusula Onze – Da denúncia e da rescisão</p>	<p>10.3 El plazo de las metas y actividades establecidas en los planes de trabajo a que se refiere la subcláusula 1.2, seguirá la vigencia de este Convenio.</p>
<p>11.1. É facultado aos partícipes denunciar este Acordo a qualquer tempo mediante notificação ao outro partípice.</p>	<p>Cláusula once – De la denuncia y la rescisión</p>
<p>11.2 A denúncia produzirá efeitos no sexagésimo primeiro dia do recebimento da notificação pela outra parte.</p>	<p>11.1 Se les faculta a los partícipes a denunciar este Convenio en cualquier momento mediante notificación al otro partípice.</p>
<p>11.3 A denúncia é retratável enquanto não</p>	<p>11.2 La denuncia producirá efectos en el sexagésimo primer día de haber recibido la</p>



<p>escoado o prazo previsto na subcláusula anterior.</p> <p>11.4 É facultado aos partícipes rescindir este Acordo por descumprimento de qualquer uma de suas cláusulas ou condições. A rescisão terá efeito imediato.</p> <p>11.5 A menos que expressamente indicado no ato de denúncia ou de rescisão, elas não prejudicarão as atividades em andamento, que continuarão regidas por este Acordo até as suas conclusões.</p> <p>Cláusula Doze – Da interpretação, dos casos omissos e da solução de controvérsias</p> <p>12.1. As partes executarão e interpretarão este Acordo conforme a boa-fé.</p> <p>12.2 Os casos omissos e as controvérsias na interpretação e aplicação deste Acordo, incluídos os casos de foro competente e legislação aplicável, serão examinadas e resolvidas por comissão paritária de membros indicados pelos representantes dos partícipes.</p> <p>12.3 Os partícipes não iniciarão litígio sem que os procedimentos de solução consensual para controvérsias tenham se encerrado sem sucesso.</p> <p>Cláusula Treze – Da eficácia</p> <p>13.1 Este Acordo terá eficácia a partir da data da última assinatura.</p> <p>Cláusula Catorze – Da legitimidade dos signatários</p> <p>14.1 Os signatários afirmam possuir a legitimidade e os poderes de representação do respectivo partícipe em conformidade com as leis de seu país.</p> <p>Este Acordo será firmado em duas vias de igual forma e teor. Cada partícipe manterá uma via original.</p>	<p>notificación la otra parte.</p> <p>11.3 La denuncia es retractable mientras no haya transcurrido el plazo previsto en la subcláusula anterior.</p> <p>11.4 Se facilita a las partes a rescindir este Convenio por incumplimiento de cualquiera de sus cláusulas o condiciones. La rescisión tendrá efecto inmediato.</p> <p>11.5 A menos que esté expresamente indicado en el acto de denuncia o de rescisión, la misma no perjudicará las actividades que se estén desarrollando, las cuales seguirán regidas por este Acuerdo hasta que se concluyan.</p> <p>Cláusula doce – De la interpretación, de los casos omisos y de la solución de controversias</p> <p>12.1 Las partes ejecutarán e interpretarán este Convenio conforme la buena fe.</p> <p>12.2 Los casos omisos y las controversias en la interpretación y aplicación de este Convenio, incluidos los casos de foro competente y legislación aplicable, serán analizados y solucionados por una comisión paritaria de miembros indicados por los representantes de ambos.</p> <p>12.3 Los partícipes no iniciarán litigio sin que los procedimientos de solución consensual para controversias se hayan finalizado sin éxito.</p> <p>Cláusula Trece– De la vigencia</p> <p>13.1 Este Acuerdo tendrá vigencia a partir de la fecha de su última firma.</p> <p>Cláusula Catorce – De la legitimidad de los signatarios</p> <p>14.1 Los signatarios afirman poseer la legitimidad y los poderes de representación del respectivo partícipe de conformidad con las leyes de su país.</p> <p>Este Convenio será firmado en dos ejemplares de igual forma y tenor. Cada parte recibirá un ejemplar original.</p>
--	--



Boa vista, 02/05/2024.

Córdoba, 02/05/2024.

Professora Dra. Nilra Jane Filgueira Bezerra
Reitora do IFRR

Prof. Mgter. Jhon Boretto
Rector de la UNC



Universidad Nacional de Córdoba
2024

**Hoja Adicional de Firmas
Informe Gráfico**

Número:

Referencia: Convenio marco de cooperación - Instituto Federal de Roraima

El documento fue importado por el sistema GEDO con un total de 9 pagina/s.